

Resumo Expandido

Adolescentes e a evasão escolar no Brasil nos anos 2000

Stella M.B.S. Telles

Resumo:

O objetivo do trabalho é apresentar um quadro sobre acesso da população de 15 a 17 anos à educação básica nos anos 2000. No Brasil a Educação Básica é formada pelo Ensino Fundamental com 9 anos e, pelo Ensino Médio com 3 anos. O acesso à educação é um tema de profunda relevância, primeiro por se tratar de um direito fundamental de cidadania e, também pelo fato de que através da educação se potencializam maiores oportunidades no mundo do trabalho.

A educação secundária, assim como em vários países é uma das etapas educacionais mais críticas no Brasil, onde tem crescido o número de jovens que abandonam a escola, e a proporção daqueles que nem estudam e nem trabalham é considerada alta. Os estudos têm mostrado que há certa estagnação seja em termos da cobertura e também da qualidade deste nível de ensino no Brasil.

Uma constatação importante que vem sendo apontada pelas pesquisas é que a falta de interesse dos alunos tem crescido. Pesquisas recentes revelaram que a falta de interesse já é o 2º principal motivo de faltas na escola depois de problemas de saúde.

O artigo apresentará informações sobre a situação da escolarização dos adolescentes no Brasil. A faixa etária dos 15 aos 17 anos foi privilegiada neste estudo, pois este é o segmento correspondente ao Ensino Médio no Brasil. Serão investigados aspectos relativos às desigualdades no acesso à educação dos adolescentes em função do nível socioeconômico das famílias e outras características familiares. Neste item serão utilizadas as informações das Pnads – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE). Por último, pretende-se discutir os principais desafios para a escolarização dos jovens tendo em vista suas demandas concretas e, também trazer algumas das questões que permeiam a oferta de ensino médio.

Palavras Chave: Ensino Médio; adolescentes; desigualdade; evasão e, educação básica

Adolescentes e o acesso à escolarização no Brasil nos anos 2000¹

Stella M.B.S. Telles²

Introdução

Um dos grandes problemas brasileiros na atualidade diz respeito ao baixo nível de escolaridade da população. A escolaridade baixa pode afetar, por um lado, a inclusão das pessoas no mundo do trabalho e, por outro, não consegue suprir a demanda do mercado por recursos humanos que exija minimamente alguma qualificação profissional.

Neste contexto, o Ensino Médio é um elo importante entre a educação básica e o mundo do trabalho e, talvez seja o nível de ensino mais fragilizado do sistema educacional. Na última década, o Brasil não tem conseguido garantir a universalização do acesso à educação aos adolescentes de 15 a 17 anos conforme estava previsto no PNE 2001-2010³. Manter os jovens na escola e conseguir melhorias na aprendizagem tem sido tarefa ainda mais difícil.

Em termos relativos passamos de 80% de acesso à escola desse grupo etário em 2001 para 86,2% em 2012, o que representou 8,3 milhões de adolescentes frequentando escola em 2001 e 8,8 milhões em 2012. Apesar de o acesso ter crescido menos do que se desejava e ainda estar longe da meta do PNE para 2011-2020⁴, o maior avanço foi com relação à melhoria de fluxo refletido em taxas de defasagem idade-série mais baixas. Em volume de alunos, passamos de 2,4 milhões de adolescentes que frequentavam a série adequada à idade em 2001, para 4,6 milhões em 2012.

Assim, explorar a realidade em que os adolescentes estão inseridos é fundamental para que se possa melhorar o atendimento e promover estratégias para evitar a evasão escolar.

O objetivo do artigo é apresentar um quadro do acesso à educação básica da população de 15 a 17 anos no Brasil. Procurou-se evidenciar aspectos relacionados apenas ao acesso da população à educação e não à qualidade da educação recebida. Foram estudados aspectos relativos às desigualdades no acesso à educação em função do nível de rendimentos familiares e, dos diferentes arranjos familiares aos quais os adolescentes faziam parte.

Este artigo traz, em parte, resultados do projeto que analisou aspectos que limitam a superação da pobreza e da desigualdade de renda, tendo por referência a família: “Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: diagnóstico e recomendações para a redução das desigualdades.” CNPq. Edital MCT/CNPq/MDS-SAGI n° 36/2010 - Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Processo 563760/2010-9. NEPP/UNICAMP. Nesta pesquisa, entre os vários aspectos abordados,

¹ * Trabalho apresentado no VI Congresso de *Asociación Latinoamericana de Población - ALAP* -, realizado em Lima, Perú de 12 a 15 de agosto de 2014.

² Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas, Nepp/Unicamp.

³ A meta do PNE - Plano Nacional da Educação - era 50% de cobertura em 2006 e 100% em 2011.

⁴ onde se prevê conseguir universalizar até 2016 o atendimento escolar de 15 a 17 anos

selecionamos para o presente artigo aqueles relacionados ao acesso dos adolescentes à educação básica constituída pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio⁵.

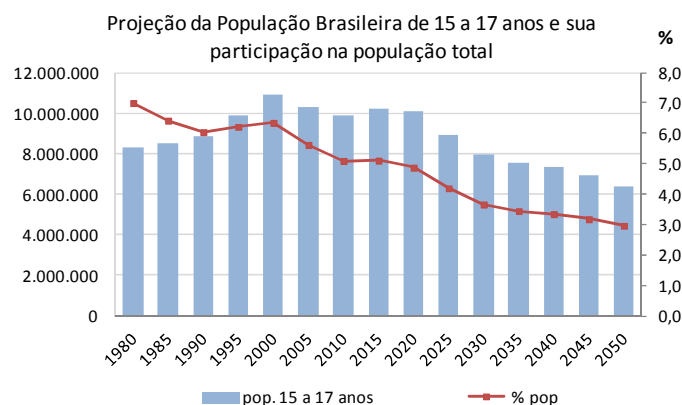
Procurou-se evidenciar de forma descritiva fatores que influenciam o acesso dos adolescentes à educação. As fontes de dados utilizadas foram as Pnads – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, IBGE - dos anos de 2001, 2006 e 2009. A pesquisa mostrou que nem sempre a saída precoce da escola ocorreu por necessidade ou vontade do adolescente trabalhar, sugerindo como hipótese que a escola está se tornando desinteressante.

Evolução do acesso à Educação dos adolescentes de 15 a 17 anos nos anos 2000

Para a análise do acesso da população brasileira e da população residente nas Regiões Metropolitanas nos anos 2000 foi criada, a partir dos dados da Pnad, uma variável que representa a situação de escolarização das pessoas tendo como objetivo verificar se os adolescentes que frequentavam a escola estavam em um nível adequado à sua idade, se estavam atrasados, ou ainda, se haviam evadido e, neste caso em que nível educacional deixou de estudar.

Do ponto de vista demográfico, a faixa etária de 15 a 17 anos não exigirá investimentos adicionais para expansão da oferta de vagas na educação básica, pois de acordo com os dados das projeções populacionais a participação relativa deste grupo com relação à população total caíra sistematicamente ao longo dos próximos anos e, em termos de volume este segmento etário ficará mais estabilizado por volta de 10 milhões de adolescentes até 2020 para, após este período começar a declinar também em termos absolutos. Assim, o grande desafio para as políticas educacionais não passa pela expansão da oferta de vagas, mas sim por melhorias na permanência deste público na escola e pela elevação da qualidade do ensino (Figura 1).

Figura 1



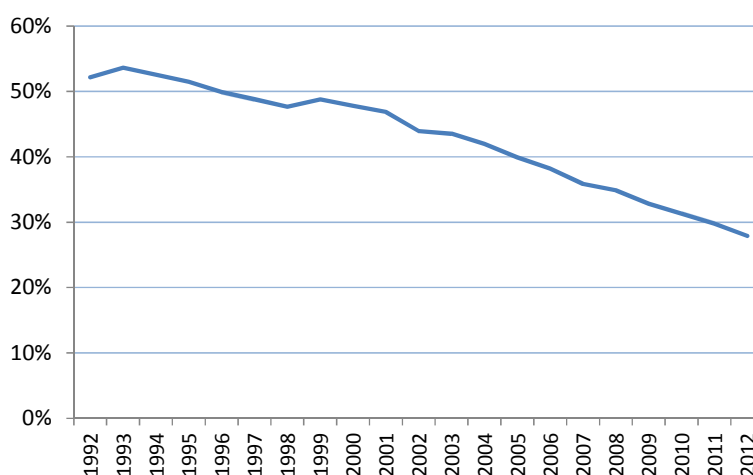
⁵ Ensino Fundamental é uma das etapas da Educação Básica no Brasil, cuja duração é de 9 anos e é obrigatório para as crianças com idade entre 6 e 14 anos. Originalmente surgiu do Ensino de Primeiro grau o qual é fruto da fusão dos antigos curso primário (com quatro a cinco anos de duração), e do curso ginásial, com quatro anos de duração, este último considerado, até 1971, ensino secundário. O Ensino Fundamental corresponderia aos níveis 1 e 2 na Classificação Internacional da Educação. O Ensino Médio é a etapa de ensino correspondente à última fase da educação básica. Antigamente conhecido como segundo grau. Esta etapa da educação básica tem duração de 3 anos e atende ao público adolescente de 15 a 17 anos quando não há atraso escolar e também aos maiores de 17 anos caso contrário. Este nível de ensino corresponde ao nível 3 na Classificação Internacional da Educação.

Escolarização dos adolescentes de 15 a 17 anos

Enquanto a população de 15 a 17 anos ficou praticamente estagnada entre 2001 e 2012 no patamar de 10,4 milhões de pessoas, o acesso destes adolescentes ao ensino (Fundamental e Médio) foi incrementado em 6,3% o que resultou em quase 9 milhões de alunos entre 15 e 17 anos em 2012 segundo os dados da Pnad.

Em termos relativos passamos de 80,5% de acesso à escola em 2001 para 86,2% em 2012 para o público adolescente. Apesar do acesso ainda estar longe da meta do PNE⁶ para 2011-2020 onde se prevê conseguir universalizar até 2016 o atendimento escolar de 15 a 17 anos, o maior avanço foi com relação à melhoria de fluxo refletido em taxas de defasagem idade-série mais baixas nos últimos anos (Figura 2).

Figura 2 - Defasagem Idade-Série* daqueles que estão no Ensino Médio



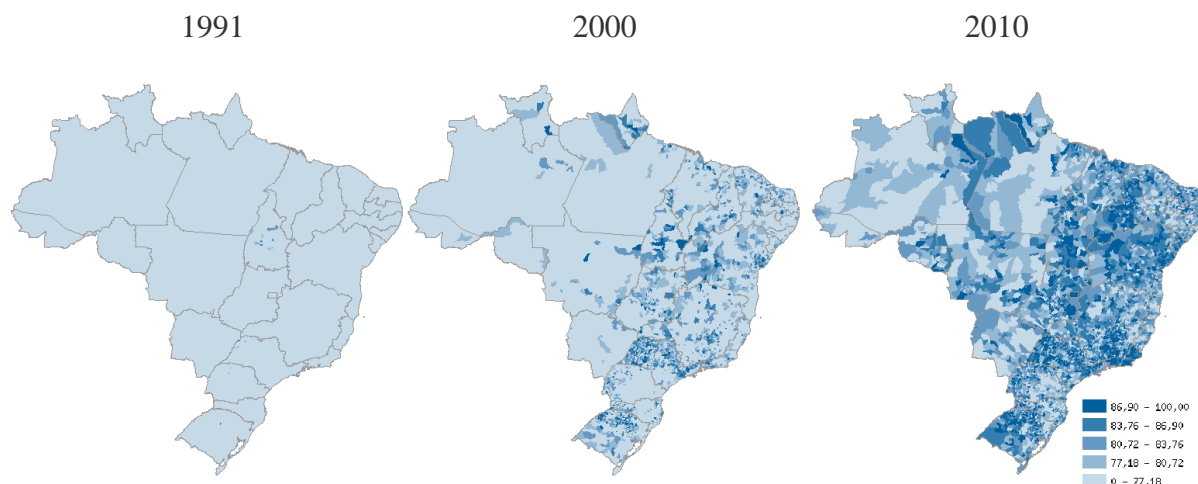
(*) - Defasagem-série: Relação entre o número total de alunos matriculados numa dada série e o número de alunos que estão cursando a mesma série e se encontram fora da idade adequada àquela série.

Fonte: Centro de Políticas Públicas. Instituto Insper. Indicadores calculados a partir das Pnads.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Historicamente o atendimento escolar à população de 15 a 17 anos tem ocorrido de forma lenta e bastante heterogênea o que constitui ainda um grande desafio para muitos municípios brasileiros. As regiões mais desenvolvidas em termos socioeconômicos foram as que mais avançaram (Figura 3).

⁶ O projeto de lei que institui o PNE para o período 2011-2020 foi enviado ao congresso em 2010, mas ainda encontra-se em discussão.

Figura 3 – Taxa Atendimento Escolar da população de 15 a 17 anos (%)



Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. FIBGE. Atlas de desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Pnud/FJP/IPEA

Os adolescentes de 15 a 17 anos que frequentavam a série adequada no Brasil aumentaram sua participação relativa de 23% em 2001 para 46,1% em 2012. Isto significou um crescimento no total de alunos na série adequada de 100% no período. Em volume de alunos, isto significa que passamos de 2,4 milhões de adolescentes entre 15 a 17 anos frequentando a série adequada à idade em 2001, para 4,8 milhões em 2012.

Nas Regiões Metropolitanas onde historicamente as crianças e jovens são mais escolarizados, o percentual de adolescentes frequentando a série correta à sua idade passou de 30% em 2001 para 49,5% em 2012.

Em 2001, 18,4% dos adolescentes do país não frequentavam escola, e em 2012 este percentual declinou para 13,3%. Assim, no final da década ainda temos quase 1,4 milhões de adolescentes que deveriam estar incluídos no sistema educacional.

No caso das Regiões Metropolitanas a situação é um pouco melhor, já que em 2001 quase 13% dos adolescentes estavam fora da escola e em 2012 passam para 10,5%. A grande maioria que evadiu da escola, nesta faixa etária não terminou o Ensino Fundamental (Tabela 1).

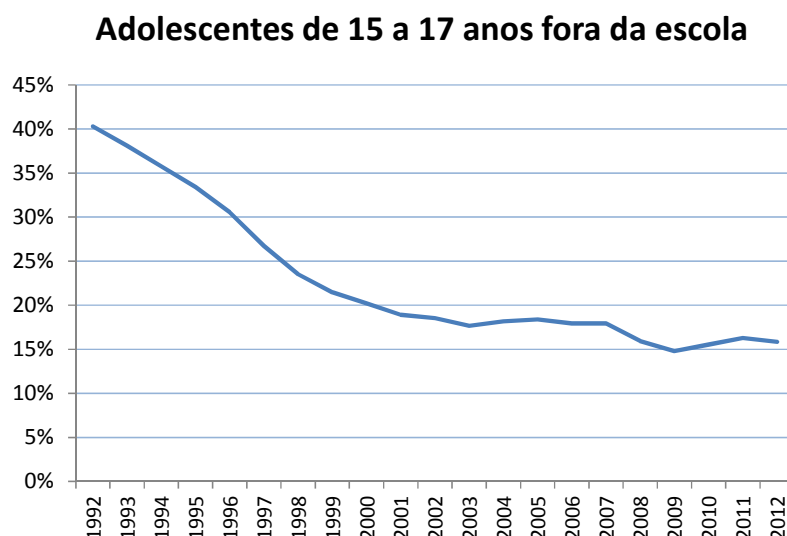
Tabela 1 - Escolaridade dos adolescentes de 15 a 17 anos – Brasil e Regiões Metropolitanas

		Concluiu Ensino Médio*	Frequenta escola sem atraso	Frequenta escola com atraso	Evadidos	Sem declaração	Total
Brasil	2001	0,5	23,3	56,7	18,4	1,1	100,0
	2006	1,1	31,9	49,7	16,8	0,6	100,0
	2009	1,3	37,6	47,6	13,5	0,0	100,0
	2012	2,0	44,1	40,1	13,3	0,0	100,0
Regiões Metropolitanas	2001	0,8	30,1	55,3	12,7	1,1	100,0
	2006	1,4	37,3	49,5	11,3	0,5	100,0
	2009	1,4	41,7	46,5	10,4	0,0	100,0
	2012	2,8	46,8	39,6	10,5	0,0	100,0

(*) corresponde à educação secundária.
 Fonte: Tabulações Especiais, Pnads. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

O avanço na escolarização dos adolescentes ocorreu em função da melhoria de fluxo devido à redução do atraso e da evasão escolar. A evasão escolar, no entanto ainda é elevada. Historicamente no Brasil a proporção de adolescentes fora da escola vem caindo sistematicamente desde o início da década de 90. Em 1991, 45% dos jovens entre 15 e 17 anos não frequentavam escola. Após uma década este percentual cai para menos de 20%. Nos anos 2000 a taxa ficou estagnada por volta de 18% até 2007. Em 2012, de acordo com os dados da Pnad, a evasão escolar entre os adolescentes atinge 13,3% (Figura 4).

Figura 4



Fonte: Centro de Políticas Públicas. Instituto Insuper. Indicadores calculados a partir das Pnads.
 Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Adolescentes e inserção no mercado de trabalho

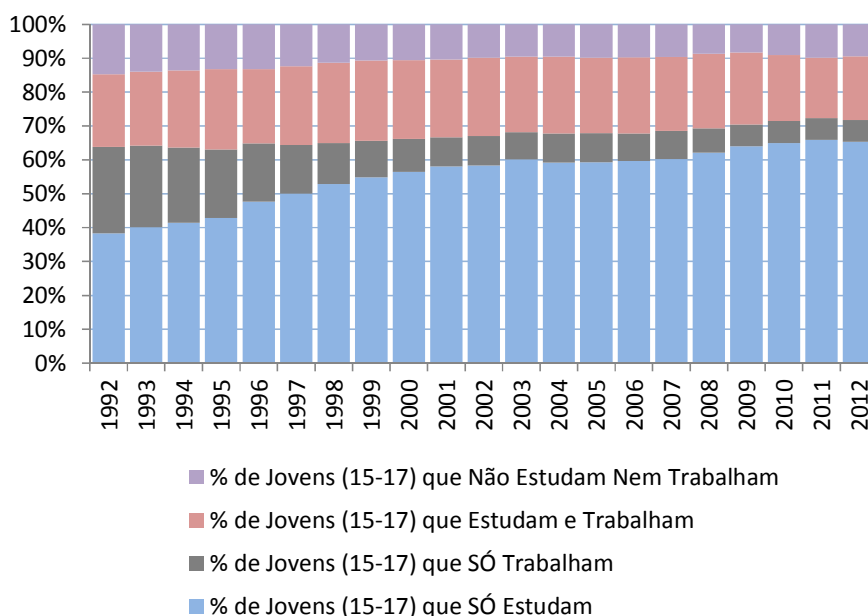
O trabalho na adolescência é uma questão polêmica. Os impactos positivos ou negativos da entrada precoce do adolescente no mercado de trabalho vão depender do contexto das condições de trabalho. Assim, se as condições de trabalho para o adolescente não incluem um contrato de trabalho que lhe possibilite uma formação técnica e ou profissional e que lhe

garanta pleno desenvolvimento cognitivo, a inserção no mercado de trabalho nesta fase da vida provavelmente implicará em prejuízos, sobretudo no desempenho escolar. Nesta perspectiva o trabalho do adolescente, em boa parte justificado pela necessidade econômica, representa um aumento do risco ao atraso e à evasão escolar.

De acordo com as informações das Pnads disponibilizadas pelo Instituto Inesper, o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que só estudam tem aumentado ao longo do tempo. Em 1992, 39% dos adolescentes só estudavam e, em 2009 este percentual atingiu quase 65%. Em contrapartida, os adolescentes que só trabalhavam, ou seja, 25% deles no ano de 1992 passaram a representar 6% no ano de 2009. O percentual de pessoas nesta faixa etária que estudava e trabalhava ficou no patamar de 21% ao longo do período com pequenas variações.

A tendência do percentual de adolescentes que não trabalhavam e nem estudavam foi de declínio entre 1992 até 2003, com participações de 16% e menos de 10%, respectivamente. Entre 2004 e 2009, esta participação ficou praticamente estagnada em torno de 9%. Em 2012 9,4% dos adolescentes de 15 a 17 anos no país encontravam-se nesta situação, (Figura 5).

Figura 5 - Adolescentes de 15 a 17 anos por condição de trabalho e de frequência à escola – Brasil 1992 a 2009



Fonte: Centro de Políticas Públicas. Instituto Inesper. Indicadores calculados a partir das Pnads.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

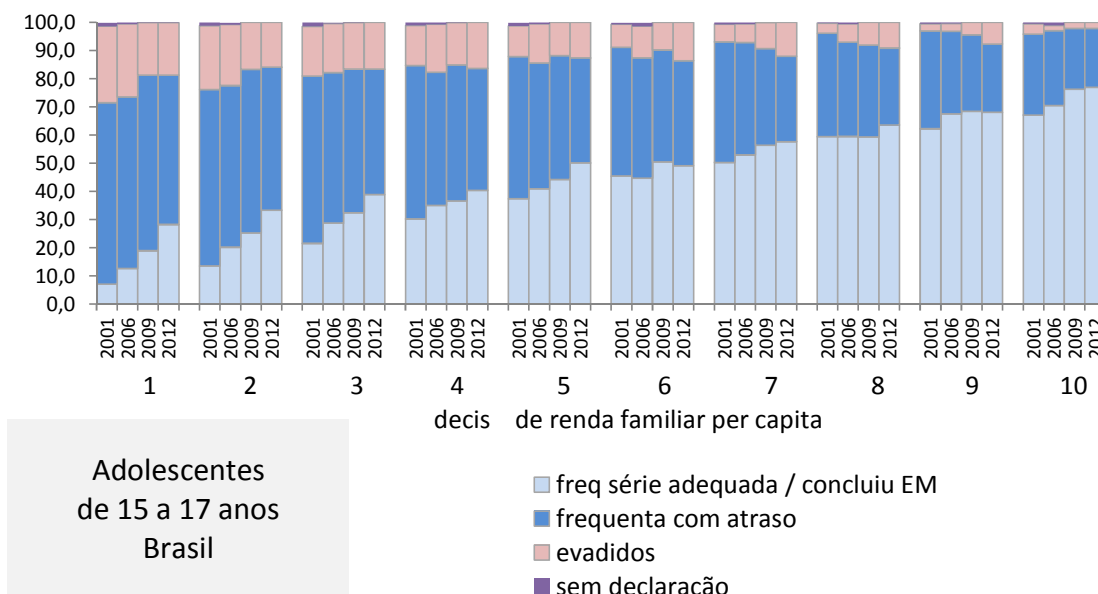
Escolaridade dos adolescentes de 15 a 17 anos por decis de renda familiar per capita

O acesso à escola dos adolescentes de 15 a 17 anos é profundamente desigual quando se analisa pelo rendimento familiar per capita. O nível de escolaridade deste segmento aumentou entre 2001 e 2012, nos 5 primeiros decis de renda familiar per capita, fato que ficou mais evidenciado devido às maiores proporções de frequência à escola na série adequada à idade. O aumento da frequência à escola na série adequada ocorreu de forma mais intensa nos primeiros decis de renda onde a frequência na série adequada era muito baixa.

Este fenômeno foi menos intenso nas Regiões Metropolitanas que já contavam com proporções mais altas de adolescentes frequentando a escola na série adequada.

As taxas de evasão escolar referentes a esse grupo etário são mais elevadas nos decis mais baixos de renda - até aproximadamente o 5º decil. Os dados evidenciaram que a evasão escolar dos adolescentes está associada a níveis socioeconômicos mais baixos das famílias. A pobreza se constitui em um importante fator de risco para a saída precoce dos adolescentes da escola na medida em que também está relacionada com o atraso escolar. O atraso escolar, consequência de sucessivas repetências, faz com que o adolescente, sobretudo aqueles que precisam contribuir para a renda familiar acabem por ficarem mais vulneráveis ao abandono dos estudos.

Figura 6 – Escolaridade dos adolescentes de 15 a 17 anos por nível de rendimentos familiares. Brasil



Fonte: Tabulações Especiais, Pnads. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Motivos para a Evasão Escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos

Saber quais são os verdadeiros motivos que provocam a saída da escola dos adolescentes sem terminar a educação básica é uma questão fundamental para pensar em como reverter as atuais taxas de evasão escolar. A pergunta que geralmente é feita é se o jovem sai da escola porque precisa trabalhar, ou seja, em função de dificuldades socioeconômicas. Busca-se saber se o trabalho compete com a escola e, em que medida ele pode ser considerado um determinante da exclusão do sistema escolar. Por outro lado, os dados sugerem que o adolescente pode estar deixando a escola por não considerá-la mais interessante.

Os dados das Pnads mostraram que há muitos adolescentes evadidos da escola que não trabalham, sobretudo os do sexo masculino e, em maior evidência nas Regiões Metropolitanas. A proporção de jovens que trabalhavam entre aqueles que estavam evadidos foi de 41% para o Brasil e 34% nas Regiões Metropolitanas em 2009. Assim, é alta a inatividade dentre aqueles que estavam fora da escola sugerindo, portanto, que para este segmento pode não ter sido o trabalho que os motivou a abandonar a escola.

De acordo com informações sobre a motivação da evasão escolar, presente na Pnad de 2006⁷, buscou-se levantar algumas evidências sobre a razão da evasão escolar entre os adolescentes de 15 a 17 anos.

Para este propósito elegeu-se um agrupamento de categorias de resposta da variável 1970 do suplemento especial da Pnad 2006.

Agrupamento

Código Motivo

Falta de interesse da família ou do adolescente:

- 08 Concluiu a série ou curso desejado
- 11 Não quis frequentar escola ou creche
- 14 Os pais ou responsáveis não querem que frequente

Dificuldades de acesso à escola:

- 03 Falta de transporte escolar
- 06 Não existe escola ou creche perto de casa
- 07 Falta de vaga na escola ou creche
- 13 A escola ou creche perto de casa não oferece outras séries ou curso mais elevado

Dificuldades Familiares:

- 01 Ajudar nos afazeres domésticos
- 02 Trabalhar ou procurar trabalho
- 04 Falta de dinheiro para as despesas escolares
- 09 Não tem quem o (a) leve
- 10 Doença ou incapacidade
- 15 Os pais ou responsáveis preferem que trabalhe

Outros Motivos:

- 12 Expulsão da escola ou creche que frequentava
- 05 Falta de documentação
- 16 Outro motivo

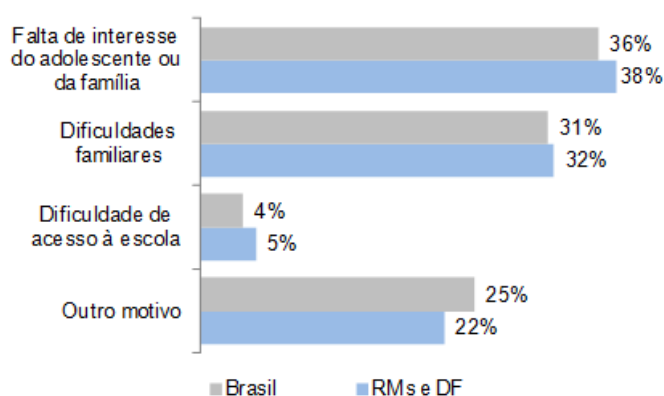
⁷ Último ano da Pnad onde foram investigados os motivos da não frequência à escola.

A razão principal alegada pelos adolescentes evadidos para ter deixado a escola foi a falta de interesse⁸. No Brasil 36% dos adolescentes nesta situação e 38% nas Regiões Metropolitanas apontaram motivos relacionados à falta de interesse em frequentar a escola em 2006.

Em segundo lugar, 31% dos adolescentes evadidos apontaram motivos relacionados às dificuldades familiares como: ter que trabalhar ou ajudar em afazeres domésticos, falta de dinheiro para as despesas escolares, ou por doenças e ou incapacidades. É interessante notar que a necessidade de trabalhar é o principal componente deste grupo, ou seja, 20% dos adolescentes que evadiram, afirmaram que tiveram que trabalhar ou procurar trabalho.

As motivações relacionadas às dificuldades de acesso à escola foram as respostas menos frequentes e, foram declaradas por 4% dos jovens evadidos entre 15 e 17 anos no país e, por 5% deles nas Regiões Metropolitanas, (Figura 7).

Figura 7 - Motivos da evasão escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos. Brasil, 2006.



Fonte: Tabulações Especiais, Pnad 2006. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

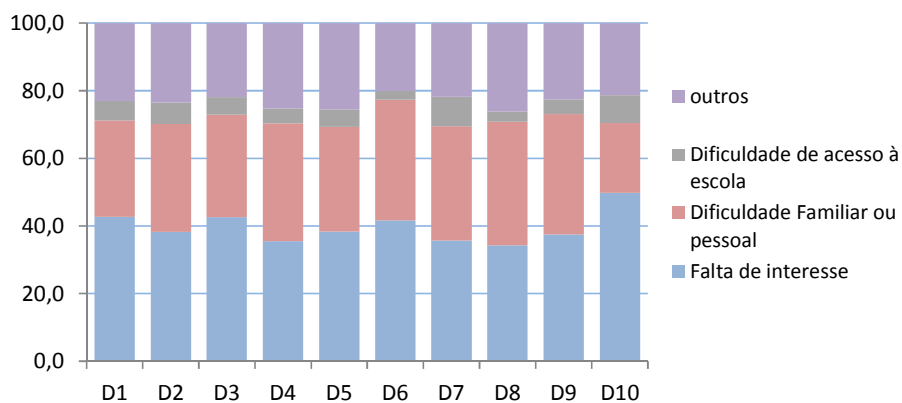
A falta de interesse do aluno na escola foi mais significativa na evasão masculina, 44% enquanto que na evasão feminina representou 35% dos motivos.

Considerando-se a renda familiar per capita distribuída em decis, os dados revelaram que a falta de interesse foi o principal motivo para a evasão escolar dos adolescentes qualquer que seja o nível socioeconômico familiar⁹. Assim, o motivo relativo à falta de interesse é transversal aos níveis de rendimentos familiares (Figura 8).

Figura 8 – Participação relativa dos Motivos da evasão escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos segundo decis de renda familiar per capita (%). Brasil, 2006.

⁸ A categoria de resposta '11 - Não quis frequentar escola ou creche' foi majoritariamente a mais frequente.

⁹ Com exceção do 8º decil.



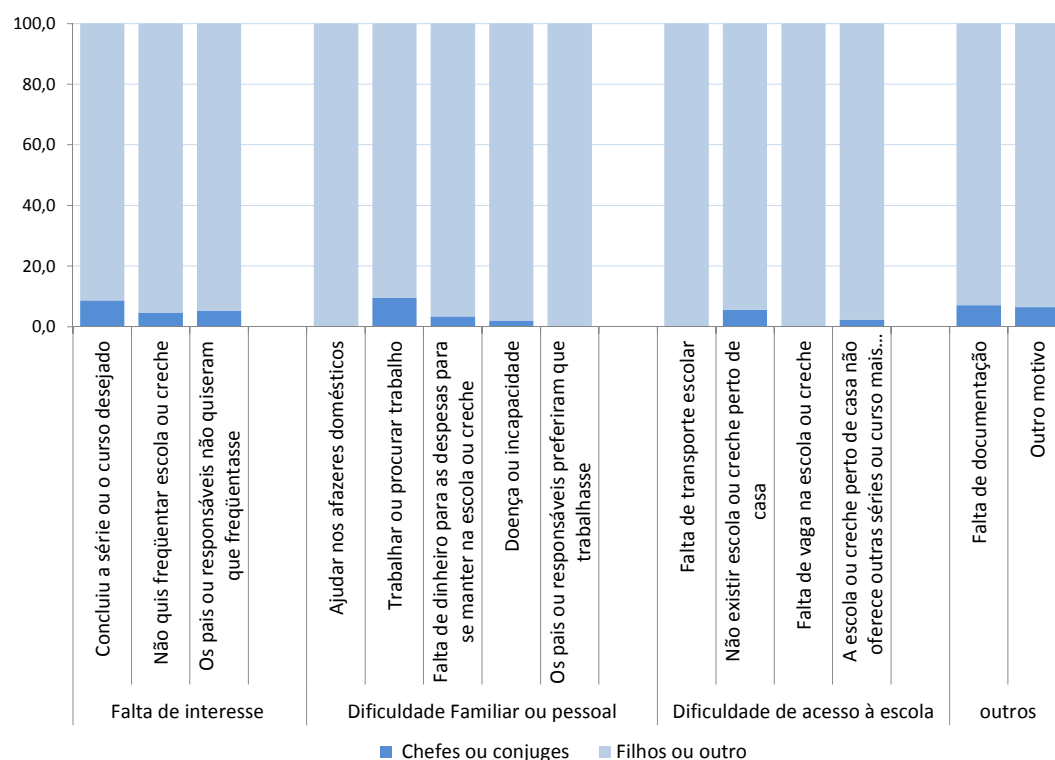
Fonte: Tabulações Especiais, Pnad 2006. Elaboração: NEPP/UNICAMP

Quando se analisa os motivos que levaram os adolescentes a deixarem a escola considerando-se o sexo fica claro que os motivos estão fortemente associados ao papel que os adolescentes desempenham em suas famílias.

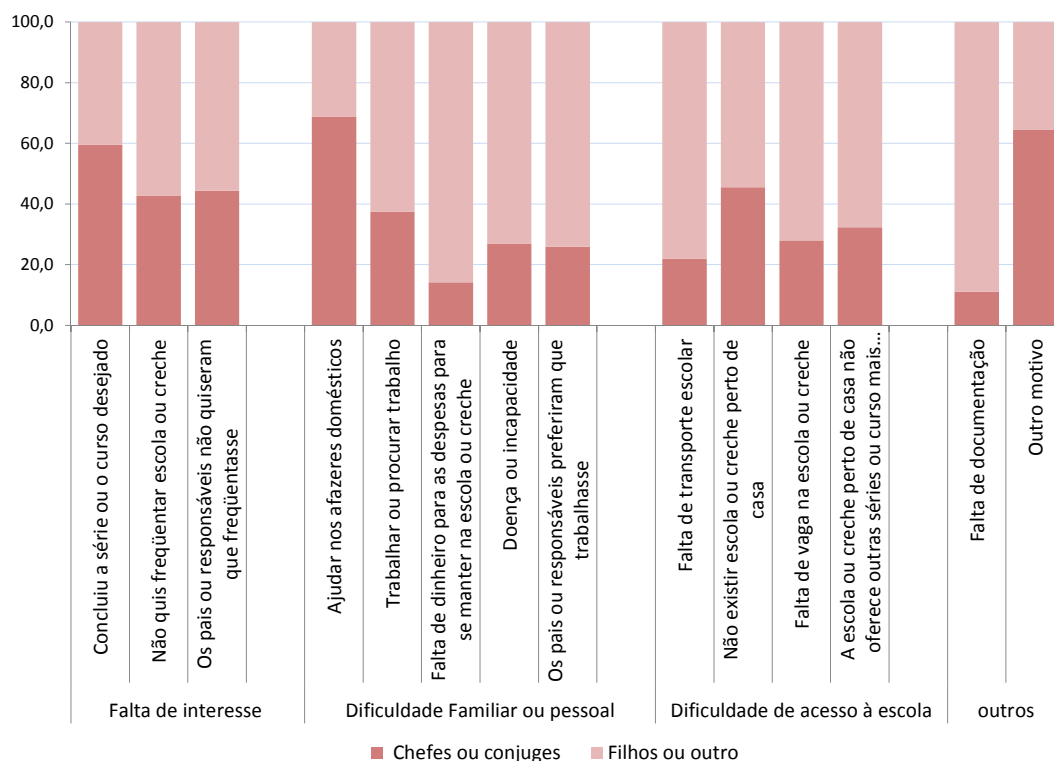
Quase metade das meninas adolescentes que evadiram da escola já são chefes ou cônjuges em suas famílias e, entre os motivos declarados para o abandono da escola certamente a falta de interesse assim como as dificuldades familiares e pessoais estão associadas aos afazeres domésticos e ao cuidado com os filhos (Figura 9).

Figura 9 – Motivos da evasão escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos, segundo posição na família (%). Brasil, 2006.

Homens



Mulheres



Fonte: Tabulações Especiais, Pnad 2006. Elaboração: NEPP/UNICAMP

Características dos adolescentes de 15 a 17 anos que evadiram da escola sem completar o Ensino Médio em 2012

No Brasil em 2012, 51,4% dos adolescentes que estavam fora da escola não trabalhavam. Nas Regiões Metropolitanas este percentual é ainda maior e atingiu 61,1% dos adolescentes evadidos (Tabela 2).

Entre estes adolescentes que estão fora da escola e não trabalham, há uma sobre representação feminina tanto no Brasil quanto nas Regiões Metropolitanas. Assim, 68,2% das adolescentes que não estudavam no Brasil e 71,4% nas Regiões Metropolitanas também não estavam trabalhando. A proporção de meninas que evadiram da escola e estão inseridas no trabalho doméstico é preocupante porque é uma forma de trabalho infantil.

Entre os adolescentes evadidos no Brasil apenas 7% possuíam emprego formal considerando nesta categoria os assalariados com carteira assinada e os empregadores. Nas Regiões Metropolitanas este percentual atingiu aproximadamente 9% dos adolescentes evadidos da escola.

Tabela 2 - Adolescentes de 15 a 17 anos que não concluíram a Educação Básica e não estavam frequentando escola segundo situação ocupacional. Brasil e Regiões Metropolitanas, 2012

Situação Ocupacional	Brasil			Regiões Metropolitanas			
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
Ocupados	Assalariado, empregador	9,0	4,5	7,0	9,3	9,1	9,2
	Assalariado sem registro	39,4	11,2	26,5	31,0	10,7	21,2
	Autônomo	5,9	2,3	4,2	6,7	2,3	4,6
	Empregado Doméstico	0,5	10,0	4,9	0,8	4,9	2,7
	Não remunerados, próprio consumo ou construção	7,8	3,8	6,0	0,7	1,7	1,1
Total	62,6	31,8	48,6	48,6	28,6	38,9	
Não Ocupados	37,4	68,2	51,4	51,4	71,4	61,1	
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total absoluto	782.317	655.492	1.437.809	164.766	153.330	318.096	

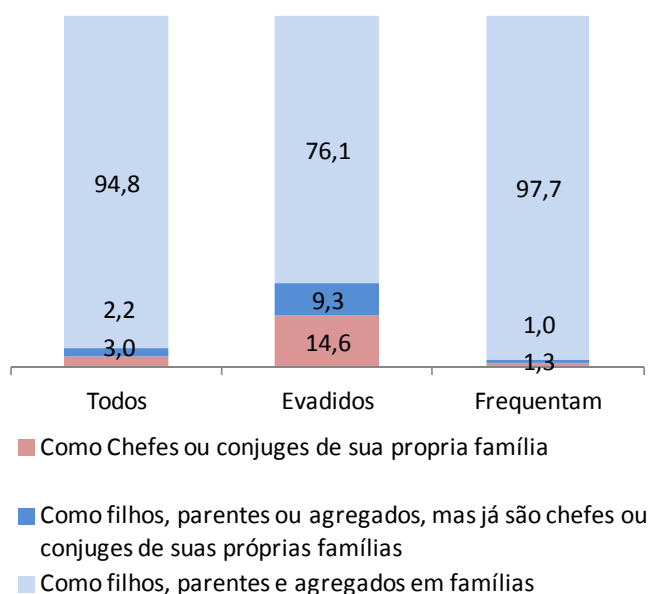
Fonte: Tabulações Especiais, Pnads. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

No país, a quase totalidade dos adolescentes homens fora da escola, ou seja, 97% deles estão inseridos nas famílias na posição de filho ou como outro parente, enquanto que 29% das adolescentes mulheres já são cônjuges ou até mesmo chefes de família. Nas Regiões Metropolitanas o percentual de adolescentes mulheres que são cônjuges ou chefes de família é menor que a média nacional, 22,1%.

O fato do adolescente já ter filhos é algo muito mais frequente entre aqueles que estão fora da escola do que entre aqueles que estão na escola. Entre os evadidos quase 15% já constituíram família e, mais de 9% já são pais ou mães, mas ainda moram com seus pais. Em contrapartida, entre os adolescentes que estudam, apenas 2,3% são chefes ou cônjuges e ou já tiveram filhos.

Nesse sentido, o fato dos adolescentes assumirem responsabilidades familiares, sobretudo as meninas, aumenta as chances de evasão escolar. A gravidez e a maternidade precoce reduzem as chances das adolescentes terminarem a educação secundária e, portanto as oportunidades de conseguir se inserir no mercado de trabalho em melhor situação (Figura 10).

Figura 10 – Adolescentes evadidos e não evadidos por situação na família. Brasil, 2012



Considerações Finais

Um dos principais desafios do governo com relação aos adolescentes é assegurar o acesso e, sobretudo a permanência deles na escola. Na última década, conseguimos elevar a proporção de adolescentes do país que vão à escola de 81,5% para 86,7%, e nas Regiões Metropolitanas de 86,2% para quase 89,5%, entretanto a maior dificuldade é acabar com a evasão escolar.

De acordo com os dados da PNAD processados para esta pesquisa, em 2012, somente 44% dos adolescentes (15-17 anos) no país e 47% nas Regiões Metropolitanas cursavam a série adequada à idade. A distorção série-idade fruto das taxas de repetência evidencia as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes seja tanto por deficiências do sistema de ensino, quanto por vários outros fatores. A pesquisa mostrou que nem sempre a saída precoce da escola pode ter sido motivada pela necessidade ou vontade do adolescente trabalhar. Os dados sugerem que podem existir outros motivos para a evasão, como por exemplo o fato da escola estar deixando de ser interessante, suscitando assim, investigações mais aprofundadas.

A desigualdade do acesso e permanência na escola ficou profundamente evidenciada quando analisamos através da renda domiciliar per capita e, dos tipos de família mais vulneráveis. Pudemos ver que o atraso e a evasão escolar são bem mais intensos para os grupos mais vulneráveis. A sucessão de repetências acaba fazendo com que muitos adolescentes percam de fato o interesse pela escola e pelos estudos, na medida em que não conseguem enxergar o retorno futuro da educação e acabam desistindo de vez.

O abandono escolar é uma questão difícil de ser resolvida. Muitos adolescentes que abandonam a escola, vão tentar se inserir no mercado de trabalho em condições quase sempre precárias. Assim, sem qualificação e sem escolarização mínima reforçam a exclusão e reduzem suas perspectivas de oportunidades.

Por outro lado, tão importante quanto o motivo da busca por trabalho é o motivo relacionado à falta de interesse, principalmente na evasão masculina. Esta razão merece ser estudada com maior cuidado, no sentido de se descobrir o que de fato está por trás deste motivo. A falta de interesse se mostrou transversal ao nível de renda das famílias. Este fato pode ser interpretado como um recado dos jovens que não veem sentido no que está sendo ensinado e, ou não veem retorno futuro. Além disso, pode estar associado aos problemas relacionados à escola como a falta de infraestrutura adequada e o baixo nível de formação dos professores, que se refletem na qualidade da oferta e no baixo desempenho dos alunos.

Não se pode deixar de citar também os problemas de currículo, já que o Ensino Médio no Brasil está voltado a um currículo muito amplo baseado na formação científica e humanista tendo como horizonte o ingresso no Ensino Superior. Ofertar um Ensino Médio mais diversificado pode ser interessante para os jovens que não desejam uma formação de nível superior.

Outro fato importante a se destacar é a necessidade de implementação e de fortalecimento de ações no âmbito da educação, saúde e demais políticas relacionadas à juventude, no sentido de se reduzir as taxas de gravidez e de maternidade precoce tendo em vista que estes eventos reduzem as probabilidades das adolescentes concluírem a educação secundária (Banco Mundial, 2012).

O governo brasileiro, tem implementado programas no âmbito da educação direcionados aos adolescentes e jovens em situação de maior vulnerabilidade. Estes programas¹⁰ têm como objetivos principais proporcionar maior impacto na escolaridade e na formação geral do jovem, prevenir a inserção precoce e precária no mercado de trabalho, investir no desenvolvimento de habilidades, e competências fundamentais para o mundo do trabalho. Entretanto, estas iniciativas precisam ser intensificadas.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G.. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: MEC/Secad, Unesco, 2007..

Disponível em: <<http://forumeja.org.br/colecaoaparatos>>. Acesso em: 06-08-2010

ALVES, J.E.D., O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico no Brasil. 2008

disponível em:

http://www.braudel.org.br/eventos/seminarios/2008/0506/bonusdemografico_jeda_aparte.pdf

Acesso em: 06-09-2011.

AMARAL, N. C. Financiamento da educação básica e o PNE 2011-2020. Retratos da Escola. Brasília, DF, v. 4, n. 6, p. 123-141, jan./jul. 2010.

ANDRADE, C. Y. TELLES, S. M. B. S. Universalização e equidade: análise da evolução do acesso à educação básica no Brasil de 1995 a 2005. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16°. Caxambu, 2008 . Disponível em:<http://www.abep.org.br/>. Acesso em: 01-08-2011

BANCO MUNDIAL. *Embarazo adolescente y oportunidades en América Latina y el Caribe. Sobre maternidad temprana, pobreza y logros económicos*, Whashington, DC, 2012.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília 1996e. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 17-09-2011

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, 2001d. Disponível em:<<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 13-10-2011

BRASIL. Lei n. 10.172. Ministério da Educação. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação .Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001f. Disponível em: <<http://cenpec.org.br/biblioteca/educacao/marco-legal/projeto-de-lei-do-plano-nacional-de-educacao-2011-2020>>. Acesso em: 04-07-2011

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Notas Metodológicas da Pesquisa Básica. 2009.

¹⁰ Entre os programas destacam-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. Outro programa lançado pelo MEC (Ministério da Educação) em 2009, “Ensino Médio Inovador” tem como proposta a ampliação da carga horária e mudanças no conteúdo das disciplinas com expectativas de diminuição da evasão escolar e de melhoria da qualidade do ensino.

IPEA, PNAD 2009 - Primeiras análises: Situação da educação brasileira - avanços e problemas. Comunicado IPEA, n. 66, 18 nov. 2010.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O dilema da repetência e da evasão. 2007. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1162:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 14 nov. 2011.b

KLEIN, Ruben. Como está a educação no Brasil? O que fazer?. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online]. 2006, vol.14, n.51, pp. 139-171. ISSN 0104-4036. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000200002>.

LUTZ, W. KC, S. Global Human Capital: Integrating Education and Population. In: Science. 29 de Julho de 2011. Vol. 333 no. 6042 pp. 587-592 .DOI: 10.1126/science.1206964. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/content/333/6042/587.full>.

NERI, M. C. O Paradoxo da Evasão e as Motivações dos Sem-escola. In: VELOSO, Fernando et al. (orgs.). Educação Básica no Brasil: Construindo o País do Futuro. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.

OLIVEIRA, Denize Cristina de ; FISCHER, Frida Marina ; MARTINS, I. S. ; SÁ, Celso Pereira . Adolescência e trabalho: enfrentando o presente e esperando o futuro. Temas em Psicologia (Ribeirão Preto), Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2003.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. De Olho nas Metas 2010. Brasília, dez.de 2010. (Relatório anual do movimento Todos pela educação). Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/de_olho_na_metas_2010_sumario_versao_para_divulgacao.pdf>. Acesso em: 02-10-2011.

UNICEF. [O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades](#). Brasília: UNICEF, 2011 182p. (relatório: Situação da adolescência brasileira, 2011). Disponível em: < http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2011.